



TRABALHO E POLÍTICA: A ORGANIZAÇÃO DO SUJEITO COLETIVO. REFERÊNCIAS CULTURAIS DO MOMENTO

WORK AND POLITICS. THE ORGANIZATION OF THE COLLECTIVE SUBJECT: CULTURAL REFERENCES OF THE MOMENT¹

Antonio Pedro Baylos Grau

Professor Doutor de Direito do Trabalho e Direito da Seguridade Social na Universidade de Castilla La Mancha desde fevereiro de 1991. Diretor do Instituto de Pesquisa "Centro de Diálogo Social Latino-Americano e Europeu" (CELDS, UCLM). Diretor da "Revista de Direito Social", membro da Associação Internacional de Revistas de Direito do Trabalho (IALLJ).

RESUMO

Por ocasião da visita de Angela Davis à Espanha, houve um interesse lógico em reconhecer no pensamento e na ação da teoria crítica uma série de indícios sobre a subjetividade política capaz de pensar uma alternativa mundial ao sistema capitalista e sua capacidade de governo global, uma reflexão que teria alguma aplicação imediata no debate cultural e nas ideias que ocorrem entre nós. Em entrevista concedida a El Salto por María Colera Intxausti, o cerne da questão estava no que Nancy Fraser chamou de dissociação da chamada 'política de identidade' da política de classe", o que gerou uma luta por reconhecimento, em vez de redistribuição, com um deslocamento do sujeito coletivo para um individualizado, ao que a entrevistada respondeu que o que considerava "mais problemático" sobre as políticas de identidade era "a forma como muitas vezes as identidades são naturalizadas e não são consideradas como um produto da luta política, de modo que não se situam em relação às lutas de classes e antirracistas", enquanto baseadas em experiências históricas relevantes das lutas raciais do final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Palavras-chave: Trabalho; Sujeito coletivo; Cultura.

¹ Tradução para o português brasileiro realizado por Andrea Arruda Vaz do artigo publicado originalmente em espanhol na Revista "Jueces para la democracia", ISSN 1133-0627, Nº 93, 2018, págs. 135-139. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6779072>. A Equipe Editorial agradece ao autor pela permissão da tradução do texto. Revisão Final: Equipe Editorial da Revista Direitos Fundamentais e Democracia.

RESUMEN

Con ocasión de la visita a España de Angela Davis, ha habido un lógico interés por reconocer en el pensamiento y la acción de la teoría crítica una serie de indicaciones sobre la subjetividad política capaz de pensar un mundo alternativo al sistema capitalista y su capacidad de gobierno global, una reflexión que tuviera una cierta aplicación inmediata en el debate cultural y de ideas que se desarrolla entre nosotros. En una entrevista realizada en El Salto por María Colera Intxausti, el nudo de la cuestión se cifraba en lo que Nancy Fraser llamaba desacoplamiento de las llamadas 'políticas identitarias' de las políticas de clase", que ha generado una lucha por el reconocimiento, en lugar de por la redistribución, con un desplazamiento del sujeto colectivo hacia uno individualizado, a lo que la entrevistada respondía que lo que encontraba "más problemático" de las políticas identitarias era "la manera en que las identidades muy a menudo se naturalizan y no son consideradas como un producto de la lucha política, de modo que no se sitúan en relación con las luchas de clase y antirracistas", mientras que sobre la base de experiencias históricas relevantes de las luchas raciales de finales de la década de los 60 y comienzos de los 70.

Palabras llave: Trabajo; sujeto colectivo; Cultura.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos anos 1970 nos EUA, exemplos podem ser tirados de " esforços intelectuais orgânicos para entender as categorias de raça, gênero e classe como elementos conectados, entrelaçados e entrecruzados aplicáveis aos conceitos feministas de interseccionalidade".

Este é um tema que tem vindo a ganhar forma no panorama cultural espanhol – normalmente muito decadente e estruturado em torno de memórias e livros de autoajuda e exaltação profissional de políticos ou formadores de opinião oficiais – ao longo desse verão um certo debate que dá origem a estas notas. Parece que a comoção política provocada pela moção de censura que pôs fim ao governo de Mariano Rajoy e sua substituição por um governo socialista, transcendeu esse campo de ensaio político e ideológico normalmente sem tom e sem muito alento, agitando um ambiente normalmente decadente.

Não se poderia dizer exatamente que havia uma grande confusão sob os céus, como dizia Mao e Vázquez Montalbán frequentemente lembrava, mas é uma analogia que permite focar no debate cultural que tem ocorrido entre as diversas tribos que se instalaram nas grandes pradarias do pensamento de esquerda a partir de uma série de leituras que tem como epicentro o livro de Daniel Bernabé, *La trampa de la diversidad. Cómo el liberalismo fragmentó la identidad de la clase trabajadora*, (Akal, Madrid, 2018), que já teve

seis edições e foi proposto como um guia para o ativismo reconsiderando a centralidade da contradição entre capital e trabalho, e que tem sido o alvo de uma série de comentários apaixonados, críticas e negações, em melhor ou pior humor e alcance, mas que, em todo caso, afetam uma reflexão geral sobre o problema das classes subalternas e das desigualdades sociais e, portanto, sobre o papel do trabalho numa sociedade "que a glorifique, entendendo que fora dela, tal como foi construída, não há possibilidade de valorização da vida social", como sintetiza Jorge Moruno naquele que é seguramente o seu livro mais bem construído, "*La fábrica del emprendedor*". Trabalho e política no mundo da empresa, publicado pela Akal em 2015 e que teve sua segunda edição em 2017.

O debate parte da crise da sociedade assalariada e da chegada de uma ordem pós-industrial em que o trabalho diminui sua centralidade e novas formas de poder tecnocrático geram formas de conflito muito distantes da análise convencional da luta de classes. Trata-se de questionar uma visão totalizadora segundo a qual a sociedade é representada reduzidamente apenas em termos de identidade de classe, com base na posição que ocupa no processo de produção de bens e serviços em uma economia capitalista. Uma visão que é cega ao racismo, nega a diversidade cultural das sociedades desenvolvidas contemporâneas e exhibe, ao contrário, o que Nick Dyer-Whiteford descreveu como "triumfalismo científico" há duas décadas em sua interessante monografia *Cyber-Marx. Cycles and Circuits of Struggle in High Technology Capitalism*, publicado em 1999 pela editora da Universidade de Illinois, que orientou grande parte das reflexões nestas notas. O confronto entre capital e classe não é mais central. As relações de classe se confundem com outras dominações e opressões (sexismo, racismo, homofobia, industrialismo) sem que haja uma ordem que hierarquize umas sobre as outras: uma diversidade de identidades semióticamente construídas que colidem com a centralidade da classe trabalhadora e as "rupturas" definitivamente, como escreveu recentemente a Pastora Filigrana em meio ao debate sobre as "diversidades" (FILIGRANA, 2018).

Há uma grande desordem sob os céus, porque a ordem global que se impõe é a da mercantilização geral das coisas e das pessoas, da compra e venda do tempo de vida, da sua submissão à lei do valor num sistema total e integrado de interdependências. Uma ordem que subordina nesta lógica qualquer outra forma de dominação, uma forma cancerígena de crescimento e geração de riqueza profundamente desigual, em crescimento tóxico e suicida, em total subordinação ao capital transnacional dos meios de comunicação e da educação, que rejeitam e repelem as mensagens que permitem identificar a causa da

injustiça e do sofrimento de amplas camadas da população, na ordem da globalização financeira e do capital. Uma ordem que contém uma desordem colossal, um extenso complexo de doenças e angústias, de destruição e aniquilação que se acumula em todos os cantos deste mundo. Deste ponto de vista, o do antagonismo social, o enfrentamento se desloca para as lutas – velhas e novas – para dissolver e eliminar as formas de dominação e subjugação do capital. O que se discute é como focalizar o discurso da emancipação no novo estado civilizatório que o século XXI apresenta.

2. A ORGANIZAÇÃO DO SUJEITO COLETIVO E REFERÊNCIAS CULTURAIS

O recurso fundamental da nova sociedade é o conhecimento tecnocientífico, e a nova era se manifesta na iniciação e difusão das tecnologias da informação e do conhecimento, a ponto da geração de riqueza incessante depender de uma economia da informação na qual o intercâmbio e a manipulação de dados simbólicos excede ou subsumi a importância dos processos materiais do que veio a ser chamado no discurso sindical europeu de “economia real”. Estas mudanças tecno-económicas são acompanhadas por significativas transformações sociais, tendo em conta que a transição para esta nova sociedade em que vivemos ocorre em escala planetária.

Portanto, aqui também o discurso sobre o trabalho e seu processo de conformação material surge como aspecto central do debate, que se sustenta no saber social necessário à inovação técnico-científica, poder do saber convertido em força produtiva direta. O futuro do trabalho – para usar o rótulo muito expressivo da OIT que marcará as comemorações do seu centenário em 2019² – que se materializa na criação e mobilização para produzir maravilhas tecnológicas de fábricas robóticas, manipulação genética, redes globais de computadores e uma sociedade digitalizada. A objetivação do conhecimento social naquilo que antes se chamavam de “novas tecnologias”, e que prioriza o trabalho intelectual de massa como o conjunto de know-how que sustenta operações de “alta economia” canalizadas por meio de grandes corporações transnacionais e instituições financeiras, um capitalismo de alta tecnologia que introduz melhorias de renda e consumo, mas implica

² O pedido da OIT para abrir um debate mundial sobre esta questão está dando origem a uma longa série de seminários, conferências e reuniões e, claro, a uma vasta produção literária articulada em torno dos vários “cenários” que esta questão suscita. Na Espanha, **Laura Mora e Mari Luz Rodriguez** têm coordenado um livro coletivo com o sugestivo título *O futuro do trabalho que queremos* (Bomarzo, Albacete, 2017), que aborda esta problemática a partir de vários pontos de vista inéditos.

num aumento da produtividade, competição constante e uma incessante intensificação dos ritmos de trabalho (BERARDI, 2017, p. 124).

O futuro do trabalho é redirecionado para a análise desse "trabalho imaterial" que se situa na informação e na comunicação como eixos do processo de produção e que se continua através de uma ampla rede de conexões educacionais e culturais. Uma obra do não faz menção à tradicional masculinização da tecnologia estabelecida entre a divisão entre casa ou lar familiar e trabalho perpetuada no uso das tecnologias de digitalização de forma diferente e subordinada pelas mulheres, nem a segmentação em termos de gênero, raça e idade que apresentam-se tanto em função da fragmentação do trabalho que propõem e promovem quanto no que diz respeito ao seu uso em termos de repressão e controle. Uma inteligência plural e multiforme que não se organiza necessariamente em torno de um espaço específico e definido como a fábrica, nem corresponde à subjetividade clássica derivada do trabalho industrial. Representa-se a meio caminho entre a exaltação do risco e a iniciativa individual do empreendedorismo e a insegurança da inserção móvel e intermitente da precariedade laboral, que está na base da proposta teórica explicativa de Jorge Moruno no referido livro.

Há um caos absoluto sob os céus, e as certezas de outrora são substituídas por impressões do sol nascente que não refletem imagens nítidas. O debate cultural a que nos referimos também é significativo pelo que evita ou pelo menos pelo que não parece adequado abordar, talvez para não ser grosseiro com outros sujeitos sociais que possam estar alinhados com essas abordagens. Porque, em última análise, trata-se de inverter a polaridade entre capital e trabalho, e da conveniência (ou não) de colocar a luta (de classes) contra o capital no centro da análise. O trabalho - em sua projeção material concreta, sempre inacabado e oscilante em sua dimensão pessoal, subjetiva - é sempre um "outro" problemático para o capital que deve ser controlado e subjugado através de formas que variam e se adaptam conforme determinadas circunstâncias daquele comando ou domínio. Desse ponto de vista, as lutas constituem o sujeito e, portanto, a organização específica desse sujeito – ou a organização precisa das condições em que o conflito vai se desenvolver e se institucionalizar – é decisiva na análise.

Esta perspectiva falta no debate a que aludem estas notas, que se trava na história das distopias concretizadas, sobre "o sinistro sem fim que se instala como modelo sócio-laboral-mental", segundo Moruno, ou sobre as estratégias sobre as quais a ação política deve ser construída como desobediência e como projeto de transformação social. Mas sem

falar das formas de organização sobre as quais construir essa resistência e essa alternativa a partir do que realmente existe. Há uma falta de análises detalhadas nessas intervenções sobre o discurso progressista que examina a realidade da(s) luta(s) de classes no espaço do Estado nacional espanhol em primeiro lugar, e na Europa em segundo lugar. Ninguém fala do sindicato como “a expressão organizada do mundo do trabalho”, que é a fórmula com que Unai Sordo, secretário geral do CCOO, se refere a esta formação social (ORTEGA, 2018), e não porque se trate de ideologias neoliberais para as quais “o trabalho é mais um insumo produtivo e o sindicato um agente que sobra”, mas porque nesse discurso a descoberta do político como espaço de insubordinação e resistência, de impulso e organização de um poder constituinte, desconhece o que dizer a formações sociais como os sindicatos que se consideram irremediavelmente ligada à fábrica fordista e ao consequente paradigma industrial, no quadro de uma agência contratual de distribuição de salários e lucros empresariais como forma de regular a acumulação capitalista num equilíbrio instável entre produção, remuneração do trabalho e consumo. Mas “embora seja mais fácil quebrar um átomo do que um preconceito”, são preconceitos equivocados que não situam corretamente a polissemia social da ação sindical e o caráter sociopolítico dessa formação social. Centrar-se na perspectiva do sujeito social implica também falar da multi-escalarização das perspectivas, e do problema muito específico de como lidar com uma “geopolítica da desapropriação” que atravessa a União Europeia num contexto de resistência fragmentada que se instala num processo de dessincronização das respectivas subjetividades de classe, ancoradas na dimensão do estado nacional (DURAND, 2018).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É claro que um discurso sobre o futuro do trabalho, sobre a tecnologia como dominação de classe, sobre os ciclos de circulação do capital e a emergência da dívida juntamente com o financiamento global da ordem capitalista deve, é claro, levar à confirmação de uma subjetividade coletiva progressivamente instável e descentralizada em meio à fragmentação do trabalho e à segmentação social discriminatória e desigual em um contexto de forte reestruturação dos elementos centrais da produção mercantil. Mas esta análise tem necessariamente de atentar para as formas de organização – variáveis, por vezes comprimidas ou apenas esboçadas – que se podem encontrar em funcionamento na realidade material dos processos sociais, sem que seja correto – ou conveniente – declarar

todos eles fora do serviço em uma espécie de *rottamazione*³ declarada unilateralmente por estudiosos do pensamento alternativo. No caminho que conduz à exploração de novas formas de enfrentamento das realidades produtivas e sociais que compõem o novo quadro civilizatório de nossas democracias cada vez mais débeis e inativas, discutindo a organização de subjetividades coletivas que se expressam por meio do trabalho assalariado - independentemente da dissociação entre trabalho e emprego e as reflexões sobre a emancipação da noção de trabalho de sua inserção na lógica do salário – é essencial. Para isso, seria importante levar em consideração o debate que já vem ocorrendo há algum tempo no espaço de discussão sindical, aparentemente invisível às preocupações dos novos idealizadores da vontade política alternativa e emancipatória.

“Há uma grande desordem sob os céus. A situação é excelente”. Essa é a citação completa da frase de Mao. A confusão atual oferece, sem dúvida, a oportunidade de construir inteligentemente uma mudança radical, um projeto compartilhado baseado na insubordinação e rejeição ao domínio indiscutível da desigualdade e injustiça do capitalismo globalizado, que envolve intensa cooperação entre agentes sociais - em primeiro lugar, os sindicatos - e políticos na organização das subjetividades rebeldes pelo conflito e da criação autônoma de regras coletivas que intervenham na restrição do domínio unilateral na produção e no consumo dos poderes privados que comandam a sociedade.

REFERÊNCIAS

DURAND, Cédric. “The Workers Have Not Europe”, *Catalyst Journal*, Vol. 1 núm. 4 winter 2018, <https://catalyst-journal.com/vol1/no4/the-workers-have-no-europe>, última visita 22-11-2018.

FILIGRANA, Pastora. “La clase obrera ya está rota”, CTXT, *Revista contexto*, 8-8-2018, en <http://ctxt.es/es/20180808/Firmas/21149/Pastora-Filigrana-Garcia-diversidad-clase-lucha.htm>.

INTXAUSTI, Maria Colera. Angela Davis: “Raza, género y clase son elementos entrelazados”, disponível em <https://www.elsaltodiario.com/hemeroteca-diagonal/angela-davis-raza-genero-y-clase-son-elementos-entrelazados>, última visita 22-11-2018.

BERARDI, “Bifo” Franco. *Fenomenología del fin. Sensibilidad y mutación conectiva*. Caja Negra, Buenos aires, 2017.

³ A expressão italiana, que pode ser traduzida como "sucateamento" ou "desmantelamento", popularizou-se na Itália a partir do uso de Matteo Renzi em sua trajetória à frente do Partido Democrata, indicando a necessária substituição da antiga classe dirigente do partido por novos valores simbolizados em sua candidatura. Seu livro *Oltre la rottamazione* (Mondadori, 2013), quis popularizar este termo como uma fórmula para a renovação das estruturas partidárias e o revisionismo de suas estratégias e programa.

ORTEGA, Javier. Entrevista le realiza en **Dialogados**, 16-08-2018, que se puede consultar en <http://dialogados.com/unai-sordo-es-mas-facil-romper-un-atomo-que-un-prejuicio-en-espana-los-sindicatos-son-unos-grandes-incomprendidos/>, última visita 22-11-2018.

Recebido em 27/07/2023

Aprovado em 26/08/2023

Received in 27/07/2023

Approved in 26/08/2023